A C Ó R D Ã O N° 32.110
(Processo nº 2000/52784-4)

Assunto: Tomada de Contas instaurada na Prefeitura Municipal de CURIONÓPOLIS (Convênio SEPLAN nº 096/99)

Proposta de Decisão: Auditor Dr. EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Conselheiro Formalizador da Decisão: FERNANDO COUTINHO JORGE (§ 2º do art. 195 do Regimento)

EMENTA: “É de ser declarado em débito com a Fazenda Estadual o responsável, devendo devolver o valor total do convênio devidamente atualizado e acrescido de juros de mora, com aplicação de multa regimental”.

Relatório do Auditor Dr. EDILSON OLIVEIRA E SILVA: Este processo trata da Tomada de Contas instaurada na Prefeitura Municipal de Curionópolis, referente ao exercício financeiro de 1999 e 2000, tendo por objeto as contas relativas ao convênio celebrado com a Secretaria Executiva de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN. O responsável é o Sr. Osmar Riberio da Silva, Ex-Prefeito Municipal.

O convênio foi firmado em 20.12.99, no valor de R\$ 35.820,00 (trinta e cinco mil, oitocentos e vinte reais) e teve por objeto a “Construção de Passarela para Pedestre”, conforme Plano de Aplicação anexo ao termo respectivo.

O responsável não prestou contas, o que motivou a instauração desse processo. Notificado, ficou-se inerte.

A Seção Técnica em parecer de fls. 26 a 28, considera o Sr. Osmar Ribeiro da Silva, em débito para com a Fazenda Pública Estadual pela importância de R\$ 35.820,00 (trinta e cinco mil, oitocentos e vinte reais), devidamente atualizada e acrescida dos consectários legais, sujeito ainda à multa regimental.

Pelo Edital nº 116/2001, o responsável foi regularmente citado, não apresentando, porém, qualquer defesa.

O Ministério Público, por seu Procurador Dr. Pedro Rosário Crispino, considera as presentes contas irregulares, devendo o Sr. Osmar Ribeiro da Silva, devolver aos cofres públicos estaduais a importância de R\$ 35.820,00 (trinta e cinco mil, oitocentos e vinte reais), acrescida dos consectários legais, a partir da data de seu recebimento, sujeito ainda a sanção pecuniária em termos de multa estabelecida nos arts. 232 e 233, inciso VI do RITCE/PA.

É o Relatório.

PROPOSTA DE DECISÃO:

Ante o exposto, proponho a este Egrégio Plenário que o Sr. Osmar Ribeiro da Silva, seja declarado em débito para com a Fazenda Pública Estadual, e em consequência, condenado a recolher aos cofres do Estado, no prazo de 15 (quinze) dias, e devidamente atualizada a quantia de R\$ 35.820,00 (trinta e cinco mil, oitocentos e vinte reais), acrescida de juros de mora, e, ainda, ao pagamento de

multa no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), por ter ensejado a instauração deste processo e se mantido omissos, mesmo após ter sido notificado regularmente.

A C O R D A M os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, responsabilizar o Sr. OSMAR RIBEIRO DA SILVA, Prefeito à época, pela importância de R\$ 35.820,00 (trinta e cinco mil, oitocentos e vinte reais), que deverá ser recolhida aos cofres estaduais no prazo de quinze (15) dias devidamente atualizada e acrescida de juros de mora, mais a multa correspondente a R\$ 400,00 (quatrocentos reais), por não ter apresentado a esta Corte a competente prestação de contas em tempo hábil.

Plenário Conselheiro “Emílio Martins”, em 19 de fevereiro de 2002.

LAURO DE BELÉM SABBÁ
Presidente em exercício

FERNANDO COUTINHO JORGE

NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES
OLIVEIRA

MARIA DE LOURDES LIMA DE

Presente à Sessão: o Procurador-Chefe Dr. Antonio Maria Filgueiras Cavalcante.
EFS/0179630